

“MISCIGENAÇÃO, ARIANISMO E NACIONALISMO”: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS OBRAS DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA SOBRE A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA¹

SANTOS, Luana Dias dos²

BENTO, Luiz Carlos³

RESUMO

As discussões em torno do processo de construção identitária brasileira percorrem diversos caminhos ao longo da história brasileira. Manoel Bomfim e Oliveira Viana propõem discutir as relações sociais, políticas e econômicas da Colônia e Império, para compreender as problemáticas que deram espaço para o aparecimento de uma mentalidade nacional. O presente artigo tem como propósito analisar os livros “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana e “Brasil na América” de Manoel Bomfim, com enfoque nos conceitos: escravidão e miscigenação. A partir disso, analisa-se as propostas divergentes dos dois intelectuais, relacionando com os projetos de sociedade que se constituíram na mentalidade brasileira após o fim do Império e que podem ser encontrados nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVES: Mestiçagem; Identidade; Nacionalismo.

ABSTRACT

Discussions around the process of the Brazilian identity construction take several paths throughout Brazilian history. Manoel Bomfim and Oliveira Viana, proposes to discuss the social, political and economic relations of Colony and Empire, in order to understand the issues that gave rise to the emergence of a national mentality. The purpose of this article is to analyze the books “Populações Meridionais no Brasil” (1973) by Oliveira Viana and “Brasil na América” (1997) by Manoel Bomfim, focusing on the concepts: miscegenation, nationalism and aryanism. Therefore, there is a need to analyze the divergent proposals of both intellectuals, connecting to the projects of society that was constituted in the Brazilian mentality after the end of the Empire and can be found in the nowadays.

WORDKEYS; Miscegenation; Identity, Nationalism.

Por volta do último quarto do século XIX e começo do XX, disputas narrativas tomavam fôlego dentre os intelectuais brasileiros, a fim de consolidar um ideal de nação e progresso ao então Brasil republicano. Por esse motivo, os componentes principais a serem discutidos foram a questão racial, social e política brasileira, formadoras de uma identidade nacional. Para isso, destacamos as obras “Brasil na América” (1917) de Manoel Bomfim e “Populações

¹ Ensaio produzido no Programa de Iniciação Científica (PIBIC) financiada pela CNPQ. Pesquisa: O processo de formação nacional presentes na obra de Manoel Bomfim (O Brasil na América) e Oliveira Viana (Populações Meridionais no Brasil), orientada pelo professor Luiz Carlos Bento.

² Graduada do 8º semestre do curso de História na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/CPTL. Integrante do grupo de pesquisa História, Mulheres e Feminismo – HIMUFE, coordenado pela professora Cintia Lima Crescêncio. Bolsista PIBIC (UFMS). Pesquisa: As múltiplas faces do nacionalismo brasileiro: pensamento histórico e identidade nacional nas obras de Oliveira Viana (O Caso do Império -1925) e Manoel Bomfim (O Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira – 1931) orientada pelo professor Luiz Carlos Bento. E-mail: paondd@gmail.com

³ Professor Adjunto de Teoria da História, Historiografia e Prática de Ensino em História da UFMS/CPTL. Coordenador Institucional do programa Residência Pedagógica do curso de História. Coordenador do GT Nacional de Teoria da História e História da Historiografia 2019-2021 da Associação Nacional de História.

Meridionais no Brasil” (1921) de Oliveira Viana, que detêm análises sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira desde a Colônia portuguesa até os acontecimentos que deram fim ao Império.

Manoel Bomfim foi um intelectual sergipano adepto de um pensamento histórico-progressista que considerava como “historiografia patriótica” (REIS, 2006, p.151). Seu intuito era produzir uma história revolucionária, contestando a atuação do pensamento conservador monarquista entre os historiadores. As temáticas abordadas por Bomfim em suas obras estão longe de ser novidades no campo intelectual brasileiro. Assim, o que o diferencia substancialmente de outros autores como Oliveira Viana e até mesmo de instituições do período não são as suas temáticas, mas sim a leitura dissonante⁴ que ele produz em relação à tradição brasileira na qual ele está inserido, mas da qual procura se afastar produzindo uma crítica sistemática no nível de suas referências teóricas, metodológicas e ideológicas.

Este aspecto “*apócrifo*” da obra de Bomfim levou alguns de seus primeiros intérpretes, tais como Dante Moreira Leite⁵ e Tomas Skidmore⁶ a considerá-lo, de forma apressada, como sendo um homem à frente do seu tempo. Tal interpretação, além de ser descaracterizada por seu sentido a-histórico, deve ser compreendida na incapacidade desses comentadores em situar Bomfim no interior da tradição que ele critica, da qual não pode ser desvinculado, sob pena de perder o sentido histórico de sua leitura em relação ao seu próprio tempo. Perdendo desta forma a sua visão histórica de mundo, que entendemos neste trabalho como sendo chave para compreendermos as suas obras enquanto representações históricas de uma dada realidade historicamente constituída, nesse caso, a crise do ideário republicano brasileiro nos anos de 1920.

Para o autor, o Brasil havia passado por uma unificação rápida em relação ao seu componente nacional, porém, teria desenvolvido um espírito patriótico tardio. Isso pode ser encontrado na obra “O Brasil na América”, na qual defende a ideia de uma identidade brasileira equivalente aos primórdios do processo de colonização quando ainda não existia um sentimento patriótico formalizado.

⁴ Esse conceito faz uma referência direta a uma categoria de análise proposta por BARROS, José D’assunção, em sua obra. Teoria da História volume IV. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Rio de Janeiro; Ática 2011. Onde o autor utiliza-se desta metáfora musical para pensar aspectos dissonantes de autores clássicos da teoria da história.

⁵ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Ao partilhar de influências liberais, Bomfim parte de uma independência intelectual acerca de correntes teóricas científicas e conservadoras, como àquelas que se baseiam nos estudos do racismo científico e do evolucionismo, destacando suas obras como sinônimos da essencialidade brasileira e de uma interpretação única sobre a História do Brasil. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que estava cercado de teóricos do “positivismo, evolucionismo, naturalismo, transformismo, racismo” (REIS, 2006, p. 150), construía um novo ideal de nação, rompendo com as raízes do conservadorismo intelectual.

Por outro lado, Oliveira Viana, sociólogo, historiador e político brasileiro, com fortes tendências conservadoras, trazia em suas análises sobre a sociedade brasileira, apontamentos e discussões embasados em uma visão eugenista e evolucionista, dialogando diretamente com intelectuais europeus, tais como o Conde de Goubineau, Lagouge e Gustave Le Bon, adeptos às teorias raciais e ao arianismo puro. Compreender essas influências, possibilitou mapear em “Populações Meridionais no Brasil” vestígios de um pensamento que se utilizou da política de branqueamento como ideologia legitimadora que identificava o progresso a um ideal racial, que em uma sociedade majoritariamente composta por negros, funcionava como um mecanismo de dominação racial por meio de um discurso que naturalizava e hierarquizava as desigualdades histórico-sociais.

Nessa perspectiva, o debate em torno da significância do nacionalismo, principalmente para o início do século XX, propriamente, como discute Benedict Anderson, nos leva a considerá-lo como produto cultural específico de uma sociedade, analisando suas origens históricas, a forma como seus sujeitos a ressignificam e a transformam ao longo do tempo, e como atribuem uma forma simbólica e emocional a esse processo (ANDERSON, 2008, p.30). A análise historiográfica apresentada neste ensaio, procura estabelecer os principais componentes que contribuíram para a consolidação dos projetos de nacionalidade brasileira, relacionando ideias e discursos de poder e suas repercussões encontradas no tempo presente.

Portanto, assim como nos aponta Michel de Certeau (1889) e Paul Ricouer (2007), a história enquanto ciência requer teoria e metodologia. Para isso, é preciso que haja o rompimento com a história tradicional, como também, com um “subjetivismo ingênuo”, que recusa a produção de uma verdade sobre o passado. A operação historiográfica, nesse sentido, surge como essencial caracterização ao ofício do historiador, permitindo que o produto final científico seja a narrativa histórica, com o intuito de representar aspectos do passado, mas não a sua totalidade. Isto quer dizer que,

a relação com o real mudou. E se o sentido não poder ser apreendido sob a forma de um conhecimento particular que seria extraído do real ou que lhe

seria acrescentado, é porque todo ‘fato histórico’ resulta de uma práxis, porque ela já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido (CERTEAU, 1989, p.41).

Neste sentido, a análise historiográfica parte do pressuposto de que a escrita da história é um produto científico e cultural. Manoel Bomfim e Oliveira Viana, ao analisarem a formação da sociedade brasileira, a fim de compreenderem seus aspectos sociais e culturais formadores de uma identidade homogênea, utilizaram de bagagens teóricas divergentes e diferentes lugares sociais para elaboração de seus estudos. Destacamos na preparação deste ensaio os principais aspectos das duas obras, a partir da análise das categorias: miscigenação, arianismo e o nacionalismo, que possibilitaram a construção da narrativa histórica de ambos.

O BRASIL MISCIGENADO DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA

De acordo com Lilia Schwarcz “em finais do século passado o Brasil era apontado como caso único e singular de extremada miscigenação racial” (SCHWARCZ 1993, p.12), isto é, a dinâmica racial no Brasil possui características particulares não encontradas em outros países colonizados do continente americano. A autora aponta que os estrangeiros ao ter contato com a sociedade brasileira se espantavam com a forte miscigenação instaurada desde os primórdios da Colônia. É nesse sentido que Oliveira Viana e Manoel Bomfim analisam a miscigenação – mesmo que partindo de influências teóricas divergentes – como principal componente para o progresso e desenvolvimento nacional brasileiro.

A elite brasileira, principalmente a intelectual, optou por valorizar um modelo de sociedade brasileira que se aproximasse dos parâmetros europeus, ao mesmo tempo, que se distanciou dos modelos latino-americanos. Por esse motivo, possibilitou uma parcela da população – principalmente os homens (brancos) da ciência – simpatizarem com as teorias raciais. Essas teorias têm como base pensadores evolucionistas e do social-darwinismo, que procuraram justificar práticas imperialistas e de dominação por parte de países colonialistas europeus. Oliveira Viana fazia parte desse grupo de intelectuais que viam prosperidades por meio das teorias raciais, bebendo do arianismo⁷ puro e do darwinismo social, para analisar a forte miscigenação brasileira a fim de compreender o processo de formação nacional.

Todavia, a obra de Manoel Bomfim “O Brasil na América”, destila críticas ao processo de miscigenação pautado na teoria do branqueamento proposto por Oliveira Viana. Permitiu-se

⁷ Vanilda Paiva utiliza a definição de arianismo a partir de Seillière: “o arianismo é uma filosofia da história que atribui as aquisições morais e materiais da humanidade à influência quase exclusiva da raça ariana” (PAIVA, 1976, p.61).

contestar, em várias passagens desse livro, a importância do branco europeu – especialmente a atuação do lusitanismo na sociedade e política brasileira – como construtoras de uma nacionalidade. Embora apontasse uma certa relevância para os portugueses nos primeiros anos da Colônia, o principal agente na formação nacional para ele seria o mameluco⁸. Sendo assim, Bomfim destaca o argumento de Southey, onde afirma que:

aventureiros, desertores e réus de polícia aliaram-se com as índias (em São Paulo) e a mescla de sangue indígena que, por todo o Brasil foi grande, em nenhuma parte foi, talvez, maior do que aqui. Com este cruzamento, melhorou a raça desenvolvendo-se o espírito de empresa europeu em constituições adaptadas ao país (BOMFIM, 1997, 185).

Essa passagem busca contextualizar a importância da miscigenação, quando pensada como caracterização de uma identidade nacional, onde não era o branco português o indivíduo que possibilitaria o progresso da sociedade, mas a mescla genética entre os indígenas (povos originários que conheciam o território brasileiro) e os portugueses (os que passaram a ocupar e descobrir diversos lugares ao longo dos anos). Por esse motivo, o que consistiria em apontar o mameluco como o agente principal de desenvolvimento e formador nacional, estaria na relação que os portugueses e indígenas teriam tido nos primeiros momentos da colonização, quando houve uma troca de saberes, possibilitando a estruturação de uma sociedade que Bomfim idealiza como sendo o mito fundador de nossa cultura nacional e que seria marcada pela cooperação mútua e pelo espírito republicano. Para ele, o republicanismo seria nossa essência social, mas que o colonialismo português e sua manutenção parasitária pelo Império teria nos solapado.

De forma bem distinta, quando analisarmos a obra “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana, percebemos que para ele a escravidão e a miscigenação não passam de um fator mercadológico em uma sociedade pautada no crescimento dos latifúndios, anterior à um sistema capitalista. Ou seja, os latifúndios seriam uma particularidade brasileira, pois seu desenvolvimento rural foi o que proporcionou o avanço econômico e patriótico, e não o crescimento urbano. Isto porque, haveria uma preferência da população pela roça em detrimento dos espaços urbanos, sustentando a Colônia e posteriormente o Império.

Como resultado da Independência, o latifúndio passou a ser uma estrutura de poder e dominação do Império, que viria a privilegiar uma parte da população – a elite fazendeira – e consolidar um sistema econômico de interesses internos, formada de indústrias locais, fábricas familiares que tinham um “caráter artesanal”; isto porque grande parte da população brasileira

⁸ Para Manoel Bomfim, o mameluco seria o indivíduo composto pela junção genética entre brancos portugueses e indígenas, ou o *gentil*.

consistia em viver longe dos centros urbanos. A base dessa estrutura econômica era força de trabalho escravista, que mudaria para o sistema econômico de produção capitalista somente no início do século XX (SINGER, 1989, p.218)

Portanto, Viana enxerga na escravidão um fator importante para a sustentação da nação, ao qual aponta ser a única forma de trabalho aceitável em nações colonizadas, pois o “período da colonização inicial, as correntes migratórias são fracas e morosas” (VIANA, 1973, p.121). Para ele, torna-se viável a manutenção da escravidão, atribuindo-a em certos momentos como a “salvadora” da economia brasileira, e um pensamento que partilhava com José de Alencar. (CARVALHO, 1999, p.53). Para ambos os intelectuais, as colônias americanas seriam um completo deserto se não houvessem instalado aqui o sistema escravista, já que o fluxo imigratório era baixo e não existiam trabalhadores livres suficiente para a demanda de trabalho nos primeiros séculos coloniais.

Para Manoel Bomfim e outros intelectuais como José Bonifácio, a escravidão não correspondia com a proposta do sistema liberal que procuravam implantar. Isto pois, quando atribuía o liberalismo na sua forma clássica, com uma das suas características a liberdade relacionado ao ideal de progresso, a escravidão se torna uma incoerência. Contudo, Bomfim nessa obra o *Brasil na América* não considera a escravidão – tanto africana quanto indígena – em seu total, ruim: entende que foi uma atrocidade, mas não a enxerga como extermínio em si como havia feito em 1905 em sua obra inaugural e anticolonialista *América Latina Males de Origem*.

Como aponta Emília Viotti da Costa, o liberalismo aplicado à sociedade brasileira nunca se igualou àquele pregado nos países europeus. Isto porque, o próprio conceito de liberalismo indicava uma recusa ao sistema absolutista, e isso incluía na própria independência política da Colônia em relação à metrópole. Mesmo nos anos de Império, a Constituição de 1824 deixou de fora as palavras “liberdade” aos cidadãos homens, o que implicava diretamente na manutenção do sistema escravista. Costa afirma que,

A condição colonial da economia brasileira, sua posição periférica no mercado internacional, o sistema de clientela e patronagem, a utilização de mão-de-obra escrava e o atraso da revolução industrial – que no Brasil só ocorreu no século XX –, todas essas circunstâncias combinadas conferiram ao liberalismo brasileiro sua especificidade, definiram seu objeto e suas contradições e estabeleceram os limites de sua crítica (COSTA, 1999, p.134).

Como foi destacado na passagem acima, o liberalismo brasileiro tem particularidades que diferem do conceito originário empregado nos países europeus, e por isso, precisa ser analisado como tal. Nesse sentido, a possibilidade de encontrar uma Constituição sob um

regime monárquico que aparentava “intenções” liberais, mas que mantém o sistema escravista, parece em si contraditório. René Rémond aponta que o ideal liberal tinha em sua gênese o princípio de liberdade aos *homens*⁹, a descentralização do Estado – limitando seus poderes –, e uma mínima interferência na economia, privilegiando instituições de cunho privado (1993, p.40).

A forma como foram empregados os ideais liberais, contribuiu diretamente na manutenção dos latifúndios e da mão de obra escrava. Para Oliveira Viana, isso não parecia um problema para a sociedade brasileira, pois o que importava era a atuação da elite branca fazendeira que carregava o sucesso da colonização de novos territórios e expandia o Brasil. A importância pairava no desenvolvimento econômico da Colônia e, posteriormente, do Império. Portanto, o branco não era apenas racialmente superior por causa da sua ancestralidade europeia, mas pelo fato de levar o progresso social e econômico dos seus territórios, revelando uma mentalidade ariana superior, pois

os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos, que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser psicologicamente mestiços – porque se arianizam (VIANA,1973, p.179).

Observamos que Viana ao destacar a importância do homem branco, menospreza e inferioriza todos aqueles que passaram pelo processo de miscigenação. Isto acontece, como aponta o autor, devido à construção dos latifúndios, que os classifica com um valor “puramente nacional” (VIANA,1973, p.128), e somente por meio deste, é que podem ascender racial e socialmente, ou como alega Viana: “se arianizar”. Consideramos que Viana atribui o latifúndio como um formador da nação brasileira e a mestiçagem, relacionada diretamente a ele, seria também, um resultado da organização latifundiária. É neste sentido, que o homem branco vira parâmetro racial para o autor. Ao pensar a escravidão e a miscigenação advinda da relação entre escravos e senhores brancos, o autor procura sistematizar a significância das misturas de raças na sociedade brasileira. Embora acredite que miscigenados dificilmente conseguem ascender

⁹ Destacamos que o termo “homens” corresponde ao sentido literal da palavra, pois as mulheres não eram incluídas nos debates sobre liberdade e igualdade, consideradas até então, como não sujeitos políticos. Essa questão dará espaço a intensivas a partir da segunda metade do século XIX pelo direito ao voto, organizado por movimento de mulheres brancas da classe média. Importante ressaltar que as mulheres negras, ainda mesmo nas reivindicações feministas desse período, eram por diversas vezes ignoradas do processo de emancipação e cidadania (DAVIS, 2016, p.77).

na hierarquia social, sendo seres híbridos, afirma que ainda há uma classificação que os concedem uma “melhor” posição.

Classifica os brancos (puros), miscigenados e negros/indígenas em uma escala do superior a inferior, respectivamente, com o negro e o indígena classificados como seres inferiores sem possibilidade de ascendência ou desenvolvimento mental na mesma proporção que os brancos europeus. Já os miscigenados estariam em uma eterna ambiguidade, pois, ao partilharem duas esferas sociais (inferior e superior), permaneciam em classe social indefinida e contraditória.

Apesar de ascender socialmente, em comparação aos negros e indígenas, os mestiços não teriam condições genéticas de se igualar com o branco europeu. Além de que, dentro a própria classe miscigenada existiam parâmetros classificatórios, de menor para o maior, em relação a predisposição de ascensão racial e social. Vale destacar, que a miscigenação brasileira se constituiu considerando mais os fatores fenótipos do que os genótipos, isto é, na cor da pele e não na ancestralidade. Oliveira Viana aponta que,

em regra, o que chamamos de mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País (VIANA, 1973, p.173)

Viana pensava a partir das teorias raciais vaticinando que havia uma proximidade entre a aparência ariana e o processo de civilização e alta inteligência, que levavam indiscutivelmente ao melhoramento da raça. No entanto, os mestiços não poderiam se igualar às mesmas cognições que os brancos europeus, pois, ainda compartilhavam dos sangue inferiores. Em detrimento disso, as teorias raciais no Brasil foram aplicadas de forma diferente, ao qual entendiam que a miscigenação poderia levar a uma completa arianização da sociedade através de gerações. Viana discute esse ponto em sua obra, quando analisa a miscigenação como única ferramenta que impossibilitou o Brasil de ser *totalmente* negro. A miscigenação, seria então, o caminho para extirpar os vestígios “negros” da sociedade.

Entretanto, ao analisarmos a obra de Manoel Bomfim, o autor recusa as teorias raciais para compreender a dinâmica racial, social e política específica do brasileiro. Assim, recusa o arianismo puro e o darwinismo social como formadores de um possível desenvolvimento da nação. Para ele isso não passa de sofismas abjetos que servem para mascarar um processo histórico de dominação que deveria ser explicitado e criticado pelos intelectuais brasileiros. Mas, ao afirmar ser a miscigenação a grande construtora de uma identidade nacional, acaba por

propor uma visão romantizada das relações entre *senhor branco* e *escravo* (negra e indígena). Há uma certa relativização das crueldades da escravidão por parte dele nessa primeira obra de sua trilogia historiográfica, que contrasta com a visão crítica radical de América Latina Males de Origem (1905), nessa obra, Bomfim não aponta por não a perceber ou por desconsiderar os aspectos brutais da escravidão, como outrora havia feito, mostrando apenas o lado positivo da miscigenação tão presente em outros pensadores do período. Por isso, o autor afirma:

os que negam valor a tais cruzamentos, e até os condenam, elevam a voz no repetir tiradas de pseudossábios – a defenderem e exaltarem as chamadas *raças puras*, consagradas na significação de teoria, para uma aristocrática superioridade. Vejamos o que já de positivo na pretensa superioridade. Notemos, desde logo, que uma raça pura é uma linhagem *fixada* nuns tantos caracteres, e que os mantém. Ora, *fixidez* não é progresso. Se, para o criador, há vantagem de manter no seu merino a boa qualidade de lã, tanto não pode ser o ideal da espécie humana, se não o de novas aquisições, para mais perfeitas adaptações e conquistas (BOMFIM, 1997, p.180).

A citação acima mostra que Manoel Bomfim entende a miscigenação como a dinâmica que ajudou no papel das conquistas de novos territórios e adaptações climáticas e sociais. Para justificar as boas relações entre senhores e escravos, o autor procura nas colonizações latino-americanas – colonizadas por espanhóis – mostrar como a mestiçagem foi fundamental para o desenvolvimento nacional brasileiro. Isto se dá, porque Bomfim acredita ser a crueldade dos espanhóis em relação aos indígenas, superior ao que acontecia na colonização portuguesa, e por isso, as colônias espanholas não haviam se desenvolvido como deveriam.

Logo, devemos observar que a escravidão brasileira não foi em momento algum, como vem a historiografia nos alertando, pacífica ou desmerecer seus males e suas violências. Como nos aponta Reis e Silva, os escravos resistiam de diversas formas aos males da escravidão, seja por revoltas, fugas, alianças, negociações, entre outros (REIS; SILVA, 1989, p.17). A miscigenação, decorrente de uma relação de poder, indicava uma dominação explícita sobre os corpos negros, subjugados em uma hierarquia de mando e obediência. Por esse motivo, discutir miscigenação é refletir sobre as questões de gênero, raça e classe ao longo dos séculos que constituíram de forma estrutural uma visão racista e excludente que naturaliza desigualdades sociais que devemos buscar explicitar em nossas pesquisas.

Oliveira Viana e Manoel Bomfim, apesar de diferentes visões sobre o processo de miscigenação – seja usando para a valorização do branqueamento da sociedade como um projeto civilizatório ou para construção homogênea de uma identidade nacional – ambos estão desconsiderando aspectos da sua historicidade e da sua significância para compreendermos as estruturas sociais de dominação que ainda hoje se fazem presente sobre os herdeiros desse passado escravocrata. Munanga explicita bem essa crítica à miscigenação, quando mostra que

esta, construiu-se por meio de estupros, relações interracialis não consentidas ou mesmo assimétricas, já que as escravas não tinham opção de recusa. Seus corpos foram violentados e menosprezados, como se sua valorização dependesse das práticas sexuais forçadas (1999, p.90). De acordo com isso, Munanga aponta que,

nesse contexto, as escravas negras, vítimas fáceis, vulneráveis a qualquer agressão sexual de senhor branco, foram em sua maioria transformadas em prostitutas como meios de renda e impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar estável. Abdias considera absurdo apresentar o mulato que, na sua origem, é o fruto desse covarde cruzamento de sangue, como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil” (MUNGANGA, 1999, p.91).

Portanto, entendemos que a miscigenação, admitida como um mecanismo sob a intenção de embranquecer a sociedade, não pode ser separada do seu caráter violento e genocida. Semelhantemente, a visão romantizada das relações interracialis proposta por Manoel Bomfim em *O Brasil na América*, colaboram para a relativização da miscigenação enquanto produto de práticas cruéis, recorrente na sociedade escravagista brasileira. Nos dias atuais compreendemos esse pensamento por “Mito da Democracia Racial”. Sua função permite a homogeneização da cultura brasileira, assim como, o apagamento de uma história formada por uma pluralidade identitária, que acaba por ignorar os processos de colonização. Constitui-se assim, uma “política de branqueamento” que teve sua aplicação tanto no plano biológico, quanto no social (SANTOS; SILVA, 2018, p.259).

Os vestígios dessa política estão concentrados em discursos que estruturam a sociedade brasileira. Por exemplo, a beleza “branca” como ideal de estética que forçou e força as mulheres negras a acreditarem que precisam alisar seus cabelos. Isto pois, buscam inferiorizar as características em detrimento de outras, exaltando tudo que remete ao padrão “branco” em questões raciais.

Além disso, podemos citar outro exemplo vinculado a ilusória “democracia racial”: atribuir o racismo brasileiro como inexistente ou, em alguns casos, menos ofensivo. Em virtude de o Brasil ter um processo de miscigenação tão forte que relativizaria tanto a escravidão, quanto a sociedade pós abolição, igualizando racialmente a população. Por fim, quando comparado a outros países que haviam passado pelo processo de escravidão e colonização, principalmente os Estados Unidos, que legitimou a segregação racial no âmbito legislativo - o Jim Crown¹⁰ –, implica que a miscigenação foi a forma para acabar com o racismo (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009, p.227).

¹⁰ Jim Crow (1865-1965) foi um sistema que “consistia em um conjunto de códigos sociais e legais que determinava a separação completa das “raças” e limitava acentuadamente as oportunidades de vida dos afro-americanos, ao mesmo tempo em que os prendia aos brancos numa relação de submissão generalizada sustentada

Contudo, não é isso que a historiografia nos mostra, já que o resultado de uma consciência histórica pautado no mito da democracia racial é, na verdade, um racismo velado, naturalizado e estrutural. Sendo assim, seria o Brasil uma “sociedade estrutural e mentalmente alienada com relação à sua própria história, a qual foi sistematicamente falseada” (FOLLMAN, 2018, p.152). Nesse sentido, é preciso ter em mente que o racismo é uma consequência histórica e deve ser analisado em conjunto as problemáticas em torno das questões de gênero e classe, pois um está interligado ao outro.

Da mesma forma, a imigração exerce um importante papel na “política de branqueamento”, ao mesmo tempo que o sistema capitalista e a revolução industrial no Brasil passa a ter um lugar significativo na sociedade, modificando as estruturas econômicas e sociais no século XX. Aos adeptos do racismo científico, a imigração europeia era a possibilidade de “melhoramentos”, raciais e nacionais. Entretanto, como afirma Jessé Souza, a massiva imigração formou uma classe trabalhadora pobre branca que ocupava trabalhos indignos e mal pagos. Consequentemente, essa classe de pobres brancos se igualara economicamente aos negros (SOUZA, 2017, p.61).

A abolição, apesar de trazer o fim da escravidão legitimada, não extinguiu de nenhuma forma o racismo e as desigualdades sociais e econômicas. Na verdade, a falta de políticas emancipatórias e de reparação histórica, impossibilitou à maioria acesso e oportunidades nos âmbitos econômicos, e passaram a aceitar trabalhos deploráveis e precários. E nesse ponto, podemos considerar a imigração um problema para a construção nacional brasileira, já que a marcação da raça garantiu privilégios a uma parcela da sociedade branca, enquanto os recém-libertos, inseridos até pouco tempo no sistema econômico escravista, não tinham conhecimentos sobre o sistema capitalista, algo já estruturado nos países europeus. Souza reflete sobre essas problemáticas do racismo estrutural, ao qual:

Todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e panejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna (SOUZA, 2017, p.47).

Um dos problemas com a inserção do capitalismo no Brasil, que até recentemente – pensando o início do século XX – ainda concentrava nos latifundiários a mão de obra escrava, dificultou o processo de inserção social para a população negra. Ao não ter uma distinção cristalizada sobre as formas de trabalho no sistema capitalista, em muitas vezes, aceitavam

pela coação legal e pela violência terrorista.” (WACQUANT, 2006, p.11). A lei defendia que os negros deveriam se relacionar apenas com negros, viver em locações, frequentar igrejas e utilizar os assentos no transporte público destinados aos negros.

trabalhos que mal proporcionavam a subsistência. Isto porque, condicionados a servir, não se reconheciam enquanto sujeitos políticos e com direitos.

Em razão disso, quando refletimos sobre os impactos que as discussões sobre miscigenação e identidade nacional proporcionaram para criar um ideal e uma mentalidade brasileira, como é o caso das obras de Manoel Bomfim e Oliveira Viana, percebemos a importância em analisar esses escritos, para consolidar a (des)construção dos projetos de nação que se encontram ainda nos debates de progresso e patriotismo. Podemos considerar os debates em torno de uma consciência meritocrática, atualmente presente em diversas esferas sociais, por representar uma ideia de “igualdade” dentre todos os brasileiros. Segundo seus representantes, todos os indivíduos – independente do gênero, da raça e da classe – teriam as mesmas possibilidades em ascendência econômica e sociais, ignorando a historicidade das relações e dinâmicas que vêm estruturando a desigualdade na sociedade brasileira.

Portanto, as obras “Populações Meridionais no Brasil” e “Brasil na América” são fontes históricas riquíssimas para a realização de uma análise aprofundada dos processos de formação identitária brasileira. Ambas proporcionam duas visões distintas de um mesmo processo, abordando as problemáticas sociais e políticas que estruturam a sociedade brasileira, e visões que possibilitam, ao mesmo tempo, uma análise sobre o Brasil do tempo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, compreendemos que Manoel Bomfim e Oliveira Viana foram importantes intelectuais que se propuseram a analisar os aspectos históricos e sociais da sociedade brasileira para construir um ideal de nação a ser seguido, fomentando uma ideia de patriotismo nacional que é tão cara a certos setores da cultura política nacional, sobretudo ao ideário político conservador e de direita. Da mesma forma, construíram discursos homogeneizantes das múltiplas identidades e culturas existentes por todo território brasileiro. A mestiçagem, por ser uma característica fundamental para pensar os processos raciais e sociais da sociedade brasileira, acabou por permitir que se criasse em torno dela uma ilusão de “igualdade racial” que prejudicou a formação de uma mentalidade crítica sobre discursos homogeneizantes fortemente enraizados, perpetuando desigualdades e preconceitos enfrentados por boa parte da população brasileira.

Relacionamos, assim, ao que Jörn Rüsen nos remete sobre a construção de uma consciência histórica para a compreensão do presente, a

consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o tempo presente e antecipar o futuro.

Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro (RÜSEN, 2011, p.36).

O autor aponta a consciência histórica como um processo de aprendizagem transformador, pois implica tanto na mudança de si quanto do seu meio. Nesse sentido, a historiografia exerce um papel fundamental no resgate das múltiplas identidades associadas à nação brasileira, presente desde os primórdios da Colônia portuguesa. Em um momento em que a história sofre ataques e descréditos, é importante entender que ela, como uma ciência especializada na produção de um conhecimento racional sobre o passado possibilita desnaturalizar discursos enraizados sobre ele, ajudando a desfazer mitos, bem como a insurgência de uma lógica centrada no conservadorismo presente na classe média e numa elite burguesa – com privilégios econômicos e culturais – que propaga a ilusão meritocrática que deixam as pessoas às margens da sociedade e cada vez mais distante da extinção de desigualdades.

Fontes:

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008, p. 26-34.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. GROSFOGUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. Soc. E Cult. Goiânia, 2009.

FOLLMANN, José Ivo. Ideologia, identidade e alienação: um olhar sobre processos-chaves na sociedade brasileira, em diálogo com o pensamento de Jessé Souza. In: FOLLMANN, José Ivo (Org.). *Dialogando com Jessé Souza*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p.147-169.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.

PAIVA, Vanilda. Oliveira Viana: nacionalismo ou racismo. *SINTESE: Revista de Filosofia*, v. 3, n. 6, p. 57-84, jan. 1976.

REIS, J. J. SILVA, E. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia de Letras, 1989.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2006.

RÉMOND, René. *O século XIX 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1997.

RICCOUER, P. História e epistemologia. In: *A memória, a história, e o esquecimento*. Campinas: Edunicamp, 2007.

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria A. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão Rezende (org.) *Jorn Rusen e o Ensino de História*. UFPR: Curitiba, 2011.

SANTOS, R. A. SILVA, Rosângela. M. N. B. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Ronilson de Oliveira. Oliveira Viana e as questões da miscigenação no Brasil: a desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país. In: *Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA, 2013.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. pp. 46-103.

_____. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”. *Lua Nova* nº59, 2003.

WACQUANT, “Da escravidão ao Encarceramento em Massa: Repensando a ‘Questão Racial’ nos Estados Unidos”. In: SADER, Emir. (org.). *Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp.11-30.